



A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE ROSA MARIA EGIPCÍACA DA VERA CRUZ: A MOBILIDADE DE ESCRAVIZADA A ESCRITORA NO PERÍODO DE 1733 A 1765 NO BRASIL COLONIAL

Thalyta Beatriz de Brito Fonseca
Mestranda em Educação UFTM

No vasto acervo da Torre do Tombo em Lisboa que o Antropólogo Luiz Mott encontrou no ano de 1983 o processo inquisitório de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz e do Padre Francisco Xavier. Processo que ~~era~~ formado de mais de 300 páginas com as acusações de feitiçaria contra os citados. Foi a partir desse processo que Mott começou uma laboriosa pesquisa com o propósito de resgatar e reconstruir a vida da ex-escravizada, ex-prostituta considerada mística e, igualmente, a primeira escritora negra do Brasil. Nesse sentido, esse estudo busca analisar a trajetória educacional de Rosa Egipcíaca, sob a luz da História social da educação. A pesquisa busca compreender de que maneira o acesso à educação, o papel da religiosidade e, por fim, a sua produção colaboraram para a sua trajetória de ex-escravizada, a mística e ~~por fim~~, escritora. Essa análise articula entre as formas de acesso ao letramento das mulheres negras, além do ensino formal, examinando o cotidiano das relações sociais em Minas Gerais de 1733 a 1765.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, especialmente, na área de História Social da Educação. Em primeira análise, foi realizada leituras de textos acadêmicos. Após a leitura, foram elaborados fichamentos acadêmicos, juntamente com resumos críticos com o propósito de sintetizar os principais pontos conectados com a pesquisa. Esse procedimento permitiu a estrutura para sustentar o resumo proposto.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação era entendida no antigo regime como função primeira da família e da Igreja e voltada para a formação da civilidade, o que envolvia, necessariamente, a formação do bom súdito e do bom cristão¹. Era dever das mães serem as primeiras mestras nesse processo. Em Minas Gerais, no século XVIII, em que boa parte da população era negra e mestiça, o acesso ao letramento era um privilégio das classes abastadas, sinônimo de poder e influência.

¹ (CARVALHO; FARIA FILHO; LIMA E FONSECA, 2025, p.24).





Entretanto, havia ~~alguns~~ mecanismos que poderiam ser utilizados para os cativos serem inseridos no mundo dos letrados, tal como: o hábito da escrita e da leitura difundidos, principalmente, entre planteis pertencentes as ordens religiosas e ao clero. Outra alternativa eram, as associações de artesãos e ofícios, dada a situação singular do trabalho urbano, permitia, a depender do ofício, a trabalhadores cativos o letramento para o exercício das atividades autônomas². Nesse sentido, o processo educativo voltado aos escravizados estava profundamente marcado pela violência e pelo controle, o que ficou conhecido como uma verdadeira “pedagogia do medo” ou “pedagogia da escravidão”. No entanto, ao mesmo tempo em que predominava essa lógica de coerção, havia também, ainda que de forma restrita e controlada, um acesso ao letramento. A adaptação inicial passava pelo ensino do idioma e por noções da religião católica, resultado da parceria entre a Igreja e a Coroa. Esse ensino limitado transmitia valores como paciência, humildade e resignação à ordem vigente, mas, apesar de seu caráter disciplinador, abriu brechas para que alguns cativos, como Rosa, pudessem apropriar-se de rudimentos da leitura e da escrita. Assim, mesmo em meio à opressão, o letramento tornou-se um espaço de possibilidades, ainda que reduzidas, para os escravizados.³

É nesse contexto que surge Rosa Egípcíaca vinda do Golfo do Benim capturada aos 6 anos onde desembarcou no Rio de Janeiro onde permaneceu até o 14 anos de idade. Com a interiorização do território colonial ocasionado pela descobertas de pedras preciosas na região das Minas Gerais que Rosa é vendida e se torna cativa se tornar cativa de Ana Garcez e Paulo Durão, pais do literato Frei Santa Rita Durão, autor do primeiro poema “*O Caramuru*”. O patriarca da família ocupava a liderança máxima dentro da dinâmica familiar, a qual exercia o poder sobre a sua propriedade, supervisionava as relações religiosas, controlava o acesso à educação dos filhos, além disso, controlava a sua escravaria⁴. A partir desse domínio, a cativa era empregada para além dos trabalhos físicos, exercendo também atividades com a venda do seu próprio corpo. Em princípio, as mulheres que tinham como ofício a prostituição representavam valor agregado em relação aos homens em igual condição. Apenas elas podiam reproduzir “naturalmente” a escravidão, parindo crias escravizadas, seu ventre era cativo.⁵ Assim, esses corpos se tornaram instrumentos de manutenção da escravidão. Nesse contexto, com Rosa, essa exploração ocorreu, de forma imediata, com seu corpo que era comercializado para obter rendimentos aos seus proprietários, sem estar vinculado à reprodução, o que

² WISSENBACH, 2002, p.8

³ Maria Helena 2026, p.9

⁴ GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL p.17

⁵ GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL p.22





evidencia a brutalidade e usurpação do corpo feminino. Entretanto, Rosa possuía mesmo que limitada uma autonomia ao circular e interagir com diferentes grupos sociais. Podemos notar que esse contato, portanto, não se restringia ao vínculo da servidão, mas também provocava exposição a relações sociais que poderiam influenciar sua experiência e possibilidades de ter acesso ao mundo das letras, bem como na casa de sua senhora. Esse cenário permite situar sua trajetória dentro das diferenças e expectativas de gênero presentes na sociedade mineradora. Nessa família abastada, Rosa permaneceu por quinze anos. Desse modo, podemos evidenciar que inserida um ambiente letrado, e, conseqüentemente, desenvolveu habilidade da leitura de letras impressas e a compreensão de narrativas religiosas. Sua trajetória educacional se aprofundou a partir de suas experiências místicas após sofrer de algumas moléstias, presumivelmente, contraídas pela prática da prostituição. Neste aspecto, Mott destaca que a alfabetização de Rosa adveio de visões religiosas. O autor afirma:

Andando ela com uma crioula [Leandra] varrendo a Igreja de São João Batista, viu no centro da cruz um pombo branco, muito formoso, com os pés vermelhos, unhas e bico tão luzidios que pareciam de ferro, e o dito pombo lhe disse as palavras seguintes: “Hás de aprender a ler e escrever, que quero fazer um ninho no teu peito”. (MOTT, 2023, p.85)

Essa visão simbólica foi fundamental para o percurso de ampliação dos seus conhecimentos no mundo das letras. No período, Rosa já dominava a leitura das letras redondas, mas não sabia ler nem escrever letras à mão. Assim, podemos inferir que com o aprendizado aprendendo a ler e a referir-se à grafia manual e mesmo já domando a leitura de letras impressas, a cativa aspirava quebrar barreiras socialmente impostas. Outra influência foi a rede de socialização entre cativos do Golfo do Benim, terra natal de Rosa, a qual lhe permitiu desenvolver grande rede de sociabilidade. Rosa teve, portanto, dois mestres: a já citada Maria Teresa do Sacramento e José Gomes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em processo de conclusão. Entretanto, a análise da trajetória educacional de Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz, sob a luz da história social da educação, podemos inferir que o processo educacional foi além das instituições formais de ensino. A permanência na casa da família Durão durante 15 anos, pode ter sido fundamental para o início de seu letramento. Além disso, podemos colocar em evidência que as redes de sociabilização entre





cativos da mesma terra natal foram fundamentais para esse processo de rupturas que se intensificou com suas visões místicas. Sua produção escrita foi ferramenta de legitimação de sua identidade e mobilidade social. Ademais, demonstra rupturas de barreiras à primeira vista intransponíveis, legitimando sua identidade de ex-escravizada à escritora que devem ser resguardados e sua importância para a historiografia da educação e da escravidão brasileiras.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República. Volume 1 – Colônia. Uberlândia: EDUFU, 2019.

MARIA HELENA CAMARA BASTOS. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). Cadernos de História da Educação, v.15, n.2, p. 743-768, maio-ago. 2016.

MOTT, Luiz. Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

REIS, Adriana Dantas. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, Aracaju, v. 6, n. 2, p. 11-28, out. 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 4, p. 103-122, jul. – dez. 2002.

